

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Informações financeiras intermediárias acompanhadas do  
relatório de revisão de informações trimestrais em  
31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 265CT-025-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Informações financeiras intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026	12

# Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Braz Olaia Acosta, 727 -  
Sala 2101 - Jardim Califórnia  
Ribeirão Preto (SP) Brasil  
T +55 16 3103-8940  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos acionistas e administradores da  
**Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.**  
Chapadão do Sul - MS

## Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfase

### Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3.1 e nº 3.2, em decorrência da correção de erros identificadas pela Companhia em 2026 e mudança de política contábil, os valores correspondentes referentes ao período e exercício anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 14 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	91.085	134.652
Operações a receber	7	16.211	14.494
Partes relacionadas	17	809	-
Despesas antecipadas	8	227	498
Adiantamentos		331	-
Impostos a recuperar	9	1.997	1.465
Outras contas a receber		136	383
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>110.796</b>	<b>151.492</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	10.392	8.909
Imobilizado	10	5.593	4.841
Intangível	11	1.102.042	1.086.596
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.118.027</b>	<b>1.100.346</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.228.823</b>	<b>1.251.838</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/03/2026	31/12/2025
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	18	20	52
Debêntures	19	16.223	2.688
Fornecedores e outras contas a pagar	14	6.797	7.090
Obrigações fiscais e sociais	15	4.218	7.475
Direito de outorga concessão	11	12.535	12.535
Obrigações com o poder concedente	16	664	1.111
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	7.210	7.210
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>47.667</b>	<b>38.161</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores	14	1.546	1.488
Debêntures	19	713.101	701.132
Direito de outorga concessão	11	200.257	193.518
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	763	451
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	78.221	74.776
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	22.673	17.555
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.016.561</b>	<b>988.920</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	-	166.010	166.010
Reserva legal	-	4.221	4.221
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	126	54.526
Prejuízos acumulados	-	(5.762)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>164.595</b>	<b>224.757</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.228.823</b>	<b>1.251.838</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado  
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	23	38.791	32.930
Receita com construção e infraestrutura	23	19.309	23.669
Custos dos serviços prestados	24	(12.798)	(11.172)
Custo com construção e infraestrutura	24	(19.309)	(23.669)
<b>Resultado bruto</b>		<b>25.993</b>	<b>21.758</b>
Despesas gerais e administrativas	24	(5.037)	(5.826)
Outras despesas operacionais		14	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>20.970</b>	<b>15.932</b>
Receitas financeiras	25	3.204	2.388
Despesas financeiras	25	(27.952)	(22.654)
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(3.778)</b>	<b>(4.334)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(34)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(1.950)	(1.977)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>		<b>(5.762)</b>	<b>(6.311)</b>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído		(0,035)	(0,038)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025 (Reapresentado)
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(5.762)</b>	<b>(6.311)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultados abrangentes do período</b>	<b>(5.762)</b>	<b>(6.311)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo Acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22</b>	<b>166.010</b>	<b>3.856</b>	<b>47.624</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>227.490</b>
Lucro do período	22	-	-	-	-	(6.311)	(6.311)
<b>Saldos em 31 de março de 2025 (reapresentado)</b>		<b>166.010</b>	<b>3.856</b>	<b>47.624</b>	<b>10.000</b>	<b>(6.311)</b>	<b>221.179</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>22</b>	<b>166.010</b>	<b>4.221</b>	<b>54.526</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>224.757</b>
Lucro do período	22	-	-	-	-	(5.762)	(5.762)
Distribuição de dividendos	22	-	-	(54.400)	-	-	(54.400)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>22</b>	<b>166.010</b>	<b>4.221</b>	<b>126</b>	<b>-</b>	<b>(5.762)</b>	<b>164.595</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucros (prejuízo) antes dos impostos</b>		<b>(3.778)</b>	<b>(4.334)</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	10 e 11	4.126	11.936
Baixas líquidas de imobilizado	10	109	105
Juros de debêntures	19	24.891	13.803
Atualização outorga fixa	11	6.739	3.486
Custo de transação debêntures	19	613	597
Juros de empréstimos e financiamentos	18	-	329
Obrigações para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	312	-
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	5.118	-
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>			
Operações a receber	7	(1.717)	(1.108)
Partes relacionadas	17	(809)	-
Outras contas a receber		258	(128)
Despesas antecipadas	8	271	(1.426)
Impostos a recuperar	9	(532)	719
Adiantamentos		(331)	-
Obrigações fiscais e sociais	15	(3.257)	133
Fornecedores e outras contas a pagar	14	(235)	255
Obrigações contratuais com o poder concedente	16	(447)	29
Imposto de renda e contribuição pagos	13	(34)	-
<b>Caixa líquido gerado/(aplicado) nas pelas atividades operacionais</b>		<b>31.297</b>	<b>24.396</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao ativo imobilizado	10	(1.123)	(218)
Adições ao ativo intangível	11	(19.309)	(23.667)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(20.432)</b>	<b>(23.885)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamento	18	(27)	(69)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	(5)	(9)
Dividendos pagos	22	(54.400)	-
Captação com partes relacionadas	17	-	1.699
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(54.432)</b>	<b>1.621</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(43.567)</b>	<b>2.132</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	134.652	19.519
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	91.085	21.651
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(43.567)</b>	<b>2.132</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Prestação de serviços	42.464	35.953
Receita dos serviços de construção	19.309	23.669
Receitas acessórias	-	-
	<b>61.773</b>	<b>59.622</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(8.223)	(6.468)
Custos dos serviços de construção	(19.309)	(23.669)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.361)	(1.725)
Outros	(437)	-
	<b>(29.330)</b>	<b>(31.862)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>32.443</b>	<b>27.760</b>
Depreciações e amortizações	(4.126)	(11.936)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>28.317</b>	<b>15.824</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	3.204	2.388
	<b>3.204</b>	<b>2.388</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>31.521</b>	<b>18.212</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e encargos</b>		
Remuneração direta	1.832	2.084
Benefícios	708	514
FGTS	135	143
Encargos sociais e trabalhistas	882	-
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais (incluindo IOF)	3.538	(1.945)
Estaduais	-	13
Municipais	2.123	1.798
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros incorridos	31.881	25.056
Juros capitalizados	(3.930)	(3.212)
Aluguéis	114	72
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucro (prejuízos) acumulados	(5.762)	(6.311)
	<b>31.521</b>	<b>18.212</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## 1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Apesar de não possuir compromisso contratual de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes de Governança Corporativa da CVM.

## 2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, bem como com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR). A base de preparação das informações financeiras é o custo histórico, exceto nos casos em que as práticas contábeis descritas nas notas explicativas indicam outra forma de mensuração, conforme os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Orientação OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, este relatório apresenta exclusivamente as informações relevantes relacionadas às informações financeiras, ou seja, aquelas efetivamente utilizadas pela Administração na condução da gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas nas demonstrações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 30 de março de 2026. Por esse motivo, recomenda-se que estas informações sejam analisadas em conjunto com as demonstrações anuais mencionadas.

As notas explicativas que não sofreram alterações significativas em relação às demonstrações de dezembro de 2025 não foram reproduzidas integralmente neste relatório. No entanto, foram incluídas informações selecionadas que ajudam a compreender as mudanças na posição financeira e no desempenho operacional da Companhia desde a última divulgação anual.

A emissão destas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2026.

## 2.1 Representação dos saldos

A Administração da Companhia reapresentou as informações financeiras intermediárias referente ao período de 31 de março de 2025, em decorrência da retificação de erros materiais identificados em períodos anteriores. Os ajustes referem-se, principalmente, à mensuração do direito de outorga da concessão, que havia sido reconhecido pelo ajuste a valor presente (AVP) sem a devida atualização monetária pelo IPCA ao longo do tempo e sem a apropriação dos encargos financeiros correspondentes, sendo tais erros corrigidos de forma retrospectiva, nos termos do CPC 23 / NBC TG 23.

## 2.2. Mudança de política contábil: método de amortização do ativo intangível de concessão

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia alterou sua política contábil para amortização do ativo intangível de concessão, do método linear para o método baseado no volume de tráfego, por entender que este último fornece informação mais relevante e confiável acerca do padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo, em conformidade com o CPC 04 (R1) / IAS 38 e com as diretrizes aplicáveis aos contratos de concessão previstas na ICPC 01 (R1) /IAS 36. A mudança é tratada como mudança de política contábil nos termos do CPC 23. O método de amortização do intangível de concessão passa a ser baseado no volume de tráfego e será revisado periodicamente para assegurar que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo; observa-se que tanto o método linear quanto o método por unidades de produção/uso (como tráfego) são admitidos pelas normas, devendo a Companhia adotar aquele que melhor represente esse padrão.

Os efeitos decorrentes da rerepresentação por correção de erros (Nota Explicativa nº 3.1) e da mudança de estimativa aplicada prospectivamente (Nota Explicativa nº 3.2) estão apresentados nos quadros a seguir, conciliando valores originalmente divulgados, ajustes e saldos reapresentados.

## Demonstração do Resultado do Exercício

	31/03/2025 (reapresentado)	Ajuste	31/03/2025 (apresentado anteriormente)
Receita operacional líquida	32.843	-	32.843
Receitas com construção e infraestrutura	23.669	-	23.669
Receitas extraordinárias	87	-	87
Custos com construção e infraestrutura	(23.669)	-	(23.669)
Custos dos serviços prestados	(11.172)	6.417	(17.589)
<b>Resultado bruto</b>	<b>21.758</b>	<b>6.417</b>	<b>15.341</b>
Despesas gerais e administrativas	(5.826)	-	(5.826)
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>15.932</b>	<b>6.417</b>	<b>9.515</b>
Resultado financeiro	(20.266)	(4.284)	(15.982)

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2025 (reapresentado)	Ajuste	31/03/2025 (apresentado anteriormente)
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>	<b>(4.334)</b>	<b>2.133</b>	<b>(6.467)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.977)	(2.884)	907
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(6.311)</b>	<b>(751)</b>	<b>(5.560)</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

	31/03/2025 (reapresentado)	Ajuste	31/03/2025 (apresentado anteriormente)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>	<b>(4.334)</b>	<b>(2.133)</b>	<b>(6.467)</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Depreciações e amortizações	11.936	485	11.451
Baixas líquidas do imobilizado	105	-	105
Juros de debêntures	13.803	-	13.803
Custos de transação debentures	597	-	597
Juros de empréstimos e financiamentos	329	-	329
Atualização outorga fixa	3.486	4.284	(798)
Obrigações com infraestrutura a realizar	-	(6.902)	6.902
Operações a receber	(1.108)	-	(1.108)
Contas receber e pagar partes relacionadas	-	-	-
Despesas antecipadas	(1.426)	-	(1.426)
Impostos a recuperar	719	-	719
Outras contas a receber	(128)	-	(128)
Fornecedores e outras contas a pagar	255	-	255
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	262	-	262
Obrigações fiscais	(129)	-	(129)
Obrigações com o poder concedente	29	-	29
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>24.396</b>	<b>(4.266)</b>	<b>24.396</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(218)	-	(218)
Adições ao intangível	(23.667)	-	(23.667)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(23.885)</b>	<b>-</b>	<b>(23.885)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(69)	-	(69)
Pagamentos de juros debêntures	(9)	-	(9)
Captação com partes relacionadas	1.699	-	1.699
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>1.621</b>	<b>-</b>	<b>1.621</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.132</b>	<b>(4.266)</b>	<b>2.132</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.519	-	19.519
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.651	-	21.651
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.132</b>	<b>-</b>	<b>2.132</b>

### 3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela administração, e os efeitos das alterações são reconhecidos no período da revisão e nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- A determinação da vida útil e recuperabilidade do imobilizado e do ativo intangível, incluindo testes de *impairment*;
- A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros;
- A constituição de provisões para riscos processuais, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios;
- A mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme ICPC 01;
- A estimativa de provisão para manutenção e recomposição da infraestrutura rodoviária, considerando os níveis de serviço exigidos contratualmente;
- A mensuração de receitas de construção e infraestrutura, com base no estágio de execução dos serviços;
- A projeção de receitas futuras de pedágio, considerando estimativas de tráfego e elasticidade de demanda;
- A mensuração de passivos contratuais e regulatórios, como o ônus de fiscalização e obrigações com o Poder Concedente.

### 4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

#### 4.1. Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

A Companhia monitora as alterações de normas contábeis e regulatórias emitidas, bem como normas e legislações tributárias, que possam afetar suas informações financeiras em períodos futuros. No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Administração avaliou as alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 e, até o momento, não identificou impactos materiais nas informações financeiras.

- IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima – As normas estabelecem requisitos para divulgações de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima. A Administração está avaliando os impactos e eventuais necessidades de adaptações em processos, controles e sistemas para atendimento às exigências aplicáveis, não tendo identificado, até a data destas demonstrações, efeitos materiais nos saldos contábeis do trimestre;
- Resolução CVM nº 193/23 (e alterações) – Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, com implementação prevista a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia acompanha os requisitos regulatórios e avalia os impactos para atendimento às exigências de divulgação.

#### 4.2. Normas e alterações emitidas e ainda não efetivas

As seguintes normas e alterações foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2026:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Informações financeiras – Substitui a IAS 1 e estabelece nova estrutura de apresentação e divulgações. A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – Estabelece um conjunto reduzido de divulgações para subsidiárias elegíveis. A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2027.

A Administração segue avaliando os potenciais efeitos dessas normas e não espera impactos materiais nas informações financeiras do período findo em 31 de março de 2026, ressalvadas alterações relevantes que venham a decorrer de regulamentações ou orientações adicionais.

#### 4.3. Leis tributárias emitidas e ainda não efetivas

A Companhia monitora as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas informações financeiras em períodos futuros, incluindo: **(i)** Lei nº 14.789/2023 e MP nº 1.185/2023; **(ii)** a CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins), cuja implementação depende de regulamentação e do cronograma de transição; e **(iii)** Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024 (tributação mínima global). Os impactos dessas alterações dependerão de regulamentações e interpretações complementares e, por essa razão, a Companhia ainda não consegue estimar de forma confiável eventuais efeitos.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	280	280
Conta corrente	2.096	1.170
Numerários em trânsito	348	267
Aplicações financeiras	88.361	132.935
<b>Total</b>	<b>91.085</b>	<b>134.652</b>

Numerários em trânsito, são valores da arrecadação de pedágio já recebidos pela empresa, aguardando depósito bancário pela empresa de transporte de valores.

As aplicações financeiras correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os Fundos de Investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração.

O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 106% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI com remuneração controlada entre 98% e 106% do CDI (95% e 106% em 2024), ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 5% e 20% do CDI (5% e 20% em 2024).

### 6. Operações a receber

	31/03/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico a receber	16.065	14.341
Cartões de crédito a receber	146	153
<b>Total</b>	<b>16.211</b>	<b>14.494</b>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2026, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais há inexistência de histórico de inadimplência.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de março de 2026, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações financeiras.

## 7. Despesas antecipadas

	31/03/2026	31/12/2025
Seguros a apropriar <b>(a)</b>	227	462
IPVA a apropriar <b>(b)</b>	-	36
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>498</b>

**(a)** Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

## 8. Impostos a recuperar

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto retido de aplicação financeira	1.997	1.219
IOF de aplicação financeira	-	246
<b>Total</b>	<b>1.997</b>	<b>1.465</b>

Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras, nos primeiros trinta dias.

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Imobilizado**

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Depreciação			Líquido			
		Saldos		Saldos	Saldos		Saldos		31/03/2026	31/12/2025	
		31/12/2025	Adições		Adições	Baixas	31/03/2026	Baixas			
Imobilizado da administração	10%	<b>2.897</b>	-	-	<b>2.897</b>	<b>(1.867)</b>	(49)	-	<b>(1.916)</b>	<b>981</b>	<b>1.030</b>
Máquinas e equipamentos	10%	<b>5.089</b>	215	-	<b>5.304</b>	<b>(2.374)</b>	(133)	-	<b>(2.507)</b>	<b>2.798</b>	<b>2.715</b>
Veículos	20%	<b>5.714</b>	908	(231)	<b>6.391</b>	<b>(4.618)</b>	(81)	122	<b>(4.577)</b>	<b>1.814</b>	<b>1.096</b>
<b>Total</b>		<b>13.700</b>	<b>1.123</b>	<b>(231)</b>	<b>14.592</b>	<b>(8.859)</b>	<b>(263)</b>	<b>122</b>	<b>(9.000)</b>	<b>5.593</b>	<b>4.841</b>

**10. Intangível**

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização			Líquido		
		Saldos		Transferência	Baixas	Saldos		Saldos		31/03/2026	31/12/2025
		31/12/2025	Adições			31/03/2026	31/12/2025	Adições	31/03/2026		
Intangível em operação	3,43%	<b>842.459</b>	-	32.240	-	<b>874.699</b>	<b>(65.995)</b>	(8.589)	<b>(74.584)</b>	<b>800.115</b>	<b>776.464</b>
Intangível em andamento	-	<b>46.090</b>	19.309	(32.240)	-	<b>33.159</b>	-	-	-	<b>33.159</b>	<b>46.090</b>
Licenças de uso de softwares	-	<b>456</b>	-	-	-	<b>456</b>	<b>(415)</b>	(9)	<b>(424)</b>	<b>32</b>	<b>41</b>
Direito de Outorga Concessão	3,43%	<b>239.374</b>	-	-	-	<b>239.374</b>	<b>(33.260)</b>	(2.063)	<b>(35.323)</b>	<b>204.051</b>	<b>206.114</b>
Capitalização atualização da outorga		<b>40.617</b>	-	-	-	<b>40.617</b>	<b>(6.654)</b>	-	<b>(6.654)</b>	<b>33.963</b>	<b>33.963</b>
Amortização pela curva de tráfego		-	-	-	-	-	<b>23.924</b>	6.798	<b>30.722</b>	<b>30.722</b>	<b>23.924</b>
<b>Total</b>		<b>1.168.996</b>	<b>19.309</b>	-	-	<b>1.188.305</b>	<b>(82.400)</b>	<b>(3.863)</b>	<b>(86.263)</b>	<b>1.102.042</b>	<b>1.086.596</b>

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Valor da outorga	206.053	605.306
Pagamento - outorga fixa	-	(161.138)
Atualização outorga	6.739	127.817
Ajuste ao valor presente - taxa desconto 4,50%, (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	-	(365.932)
<b>Direito de outorga concessão</b>	<b>212.792</b>	<b>206.053</b>
Circulante	12.535	12.535
<b>Não circulante</b>	<b>200.257</b>	<b>193.518</b>
<b>Movimentação da outorga:</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>206.053</b>	<b>210.498</b>
Pagamento outorga fixa	-	(13.299)
Juros outorga fixa	6.739	8.854
<b>Direito de outorga concessão</b>	<b>212.792</b>	<b>206.053</b>

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025 (reapresentado)
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais	177	528	-	-	(351)	(527)
Prejuízo fiscal base negativa	1.427	1.439	-	-	-	-
Provisão para manutenção	8.529	6.788	-	-	1.741	(537)
Provisão para contingências	259	154	-	-	105	26
Despesas financeiras debêntures capitalizadas	-	-	42.875	41.968	(907)	(949)
Custos de transação debêntures capitalizadas	-	-	13.352	13.126	(226)	10
Diferidos sobre amortização curva tráfego	-	-	10.446	8.134	(2.312)	-
Capitalização AP Outorga	-	-	11.548	11.548	-	-
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>10.392</b>	<b>8.909</b>	<b>78.221</b>	<b>74.776</b>	<b>(1.950)</b>	<b>(1.977)</b>

**(a)** A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, serão amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;

**(b)** De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;

**(c)** As provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

**(d)** De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;

**(e)** Capitalização dos custos de transação das debêntures; e

**(f)** Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

## 12. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de março de 2026 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de março de 2026 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	31/03/2026	31/03/2025 (representado)
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>(3.778)</b>	<b>(4.334)</b>
Alíquota nominal vigente	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente</b>	<b>1.285</b>	<b>1.474</b>
<b>Ajustes para a alíquota efetiva</b>		
Adições/exclusões permanentes	(3.269)	(3.451)
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>		
Imposto corrente	(34)	-
Imposto diferidos	(1.950)	(1.977)
<b>Total</b>	<b>(1.984)</b>	<b>(1.977)</b>

Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

## 13. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	1.321	620
Fornecedores nacionais - Risco Sacado (i)	2.063	2.817
Caução retida fornecedores	4.910	4.964
Seguros a pagar	49	177
<b>Total</b>	<b>8.343</b>	<b>8.578</b>
Curto prazo	6.797	7.090
<b>Longo prazo</b>	<b>1.546</b>	<b>1.488</b>

(i) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores.

Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

## 14. Obrigações sociais e fiscais

### Sociais

	31/03/2026	31/12/2025
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	189	194
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	19	24
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	73	88
Provisão de férias e 13ª e encargos	1.198	1.008
<b>Total</b>	<b>1.479</b>	<b>1.314</b>

### Fiscais

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de renda	-	1.696
Contribuição social	-	619
Pis	268	249
Cofins	1.254	1.167
ISS	1.000	676
Impostos retidos terceiros	217	1.754
<b>Total</b>	<b>2.739</b>	<b>6.161</b>

<b>Total obrigações</b>	<b>4.218</b>	<b>7.475</b>
-------------------------	--------------	--------------

## 15. Obrigações com o poder concedente

	31/03/2026	31/12/2025
Convênio Polícia Rodoviária Federal	135	949
Verba de Fiscalização - AGMS	27	135
Verba de Administração - EPE	502	27
<b>Total</b>	<b>664</b>	<b>1.111</b>

## 16. Partes relacionadas

	Saldo anterior 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo atual 31/03/2026
Migra BR	-	2	-	<b>2</b>
Concessão Rota Agro <b>(a)</b>	-	806	-	<b>806</b>
Way Concessões	-	1	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	-	<b>809</b>	-	<b>809</b>

**(a)** Compra de equipamentos e repasse a partes relacionadas.

### Remuneração dos administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, é de R\$911 e R\$ 75 respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Empréstimos e financiamentos**

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em	Saldo em
						31/03/2026	31/12/2025
440090771180	Finame - BNDES	Sicredi	IPCA 6,15% a.a. + Fator BNDES 3,83 a.a.	05/06/2023	05/06/2026	20	52
<b>Total</b>						<b>20</b>	<b>52</b>
Circulante						20	52
<b>Não circulante</b>						-	-

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/03/2026	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>52</b>	<b>7.558</b>
Captação	-	70.966
Atualização juros empréstimos e financiamento	-	986
Atualização juros empréstimos e financiamento - FDCO	-	3.606
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	(5)	(937)
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	(27)	(7.555)
Pagamentos juros - FDCO	-	(3.606)
Pagamentos principal - FDCO	-	(70.966)
<b>Saldo final</b>	<b>20</b>	<b>52</b>

**18. Debêntures**

Estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em	Saldo em
						31/03/2026	31/12/2025
C.V.M. 160	Debêntures	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	IPCA + 7,6% a.a.	15/11/2025	15/05/2043	729.324	703.820
Circulante						16.223	2.688
<b>Não circulante</b>						<b>713.101</b>	<b>701.132</b>

**Movimentação das debêntures**

	31/03/2026	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>703.820</b>	<b>383.802</b>
Captação de debêntures	-	725.000
Atualização juros	24.891	46.216
Pagamento principal debêntures	-	(440.088)
Pagamento de juros	-	-
Custo de transação	613	(11.110)
<b>Saldo final</b>	<b>729.324</b>	<b>703.820</b>

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/03/2026	31/12/2025
2027	40.666	15.775
2028	34.142	30.841
2029	42.543	42.543
2030 a 2035	611.973	611.973
<b>Total</b>	<b>729.324</b>	<b>701.132</b>

A Companhia possui debêntures referentes à 2ª emissão, realizada em 15 de novembro de 2025, sob o rito da Resolução CVM nº 160, composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com vencimento final em 15 de maio de 2043.

As debêntures são garantidas por Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios vinculados ao Contrato de Concessão.

O saldo consolidado em 31 de março de 2026 totaliza R\$ 729.324 mil no passivo financeiro, líquido dos custos de transação.

A escritura estabelece hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, abrangendo, entre outras, inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, perda de autorizações essenciais à concessão, alteração indevida do controle acionário, ineficácia das garantias, protestos relevantes e utilização inadequada dos recursos captados.

A Companhia está sujeita ao cumprimento dos seguintes *covenants* financeiros previstos na escritura:

Dívida Líquida / EBITDA

até 31/12/2024:  $\leq 4,5x$ ,

em 2025:  $\leq 4,0x$ ,

até 30/06/2026:  $\leq 3,75x$ ;

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD  $\geq 1,30$ ), apurado semestralmente conforme metodologia prevista na escritura (EBITDA ajustado dividido pelo serviço da dívida).

Em 31 de março de 2026 e 2024, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações, cláusulas contratuais, *covenants* e requisitos previstos na escritura da 2ª emissão, não havendo evento de vencimento antecipado.

A escritura da 2ª emissão prevê restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio apenas em caso de inadimplemento contratual ou descumprimento dos *covenants* financeiros estabelecidos (Dívida Líquida/EBITDA e ICSD).

Enquanto a Companhia estiverem em conformidade com tais indicadores, não há vedação à distribuição de dividendos, inclusive o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações e *covenants* previstos na escritura, não havendo qualquer restrição à distribuição.

### **Amortização**

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, realizada sob a Instrução CVM 476, tinha como remuneração IPCA + 6,0% a.a. e vencimento originalmente previsto para 15 de junho de 2035. Conforme demonstrado nas movimentações do passivo financeiro, ao longo dos exercícios anteriores a Companhia efetuou pagamentos periódicos de principal, acrescidos da atualização monetária e dos encargos contratuais, reduzindo progressivamente o saldo da dívida.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a amortização integral do saldo remanescente, por meio de pagamento de principal no montante de R\$ 440.088 mil, resultando na quitação total da emissão. Após a liquidação, a emissão deixou de gerar encargos financeiros, não restando qualquer saldo a pagar em 31 de março de 2026, conforme apresentado nas informações financeiras.

Com a conclusão da amortização, a 1ª emissão foi totalmente liquidada e não compõe mais o passivo financeiro da Companhia, permanecendo apenas a 2ª emissão (CVM 160) como fonte de financiamento via debêntures.

## 19. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IAS 36 – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

### Provisão para manutenção em rodovias

Em 31 de março de 2026, o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 29.883 (R\$ 24.765 em 31 de dezembro de 2025) demonstrado a seguir:

	31/12/2025	Ajuste	Adições	31/03/2026
Obrigações com infraestrutura a realizar	39.154	-	5.263	44.417
AVP - provisão para manutenção	(14.389)	-	(145)	(14.534)
<b>Total</b>	<b>24.765</b>	<b>-</b>	<b>5.118</b>	<b>29.883</b>

Circulante	7.210
<b>Não circulante</b>	<b>22.673</b>

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

### Cronograma esperado de saídas - Não circulante

Ano de execução	31/03/2026
2030 a 2033	22.673
<b>Total</b>	

### Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

### Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

## 20. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2025	Baixa	Adição	31/03/2026
Contingência cível	367	-	312	679
Contingência trabalhista	84	-	-	84
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>-</b>	<b>312</b>	<b>763</b>

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 31 de março de 2026, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 763 (R\$ 451 em 31 de dezembro de 2025), refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

## 21. Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social da Companhia totalizava R\$ 166.010, montante integralmente subscrito e realizado, mantido no patamar de 31 de dezembro de 2025, e representado por 166.010 mil ações ordinárias. A estrutura decorre, entre outros, da deliberação da A.G.E. de 20 de novembro de 2024, que aprovou o aumento de capital mediante a capitalização de R\$ 20.000 provenientes de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Acionista	31/03/2026	
	Capital social	Partic. %
Elo4 Administração e Participações S.A.	132.808.000	80%
GLP O Participações S.A.	33.202.000	20%
<b>Total</b>	<b>166.010.000</b>	<b>100%</b>

### Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de março de 2026 saldo de R\$ 4.221, o mesmo para 31 de dezembro de 2025.

### Reserva especial para dividendos não distribuídos e obrigatórios

Em 31 de março de 2026, o saldo registrado era de R\$ 126, comparativamente a R\$ 54.526 em 31 de dezembro de 2025. A redução observada no período decorreu da distribuição de dividendos deliberada pelos acionistas, no montante total de R\$ 54.400, conforme aprovado em ata de assembleia registrada em 10 de fevereiro de 2026.

## 22. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de pedágio	42.464	35.953
Receitas acessórias	-	87
Receita de construção – ativos da concessão <b>(a)</b>	19.309	23.669
<b>Subtotal</b>	<b>61.773</b>	<b>59.709</b>
(-) impostos sobre receitas	(3.673)	(3.110)
<b>Receita líquida</b>	<b>58.100</b>	<b>56.599</b>

**(a)** De acordo com ICPC 01 / IAS 36, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 os valores referentes à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

## 23. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025 (reapresentado)</b>
Pessoal	(3.072)	(2.897)
Serviços de terceiros	(1.755)	(1.944)
Seguros e garantias	(215)	(382)
Custos contratuais da concessão	(485)	(465)
Verba da polícia rodoviária federal	(202)	(209)
Materiais/equipamentos/veículos	(533)	(497)
Depreciação/amortização	(1.440)	(4.691)
Provisão para manutenção	(4.973)	-
Custos de construção - ativos da concessão	(19.309)	(23.669)
Outros	(123)	(87)
<b>Total</b>	<b>(32.107)</b>	<b>(34.841)</b>

<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Pessoal	(486)	(408)
Serviços de terceiros	(912)	(820)
Materiais/equipamentos/veículos	(953)	(410)
Depreciação e amortização	(2.686)	(3.940)
Outros	-	(248)
<b>Total</b>	<b>(5.037)</b>	<b>(5.826)</b>

## 24. Resultado financeiro

	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025 (reapresentado)</b>
Rendimento de aplicações financeiras	3.460	582
AVP - Receita financeira	-	1.802
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(260)	-
Outros	4	4
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>3.204</b>	<b>2.388</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(20.961)	(10.591)
Custo debêntures	(58)	(538)
Juros sobre empréstimos	(4)	(631)
Atualização outorga fixa	(6.738)	(4.385)
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	-	(35)
Despesa financeira - AVP	(145)	(4.208)
Juros fornecedores	-	(1.392)
Outras	(46)	(874)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(27.952)</b>	<b>(22.654)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(24.748)</b>	<b>(20.266)</b>

## 25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 - "Resultado por ação"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício encerrado em 31 de março de 2026 e 2025.

**Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/03/2026	31/03/2025
<b>Básico</b>		
Resultado do exercício	(5.762)	(6.311)
Número de ações durante o período (milhares)	166.010	166.010
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>(0,035)</b>	<b>(0,038)</b>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**26. Instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48/IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de março de 2026.

	Notas	31/03/2026		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		-	91.085	-
Operações a receber		-	16.211	-
<b>Passivos</b>				
Debêntures		-	-	(729.324)
Fornecedores		-	-	(8.343)
Outorga		-	-	(212.792)
<b>Total</b>		-	<b>107.296</b>	<b>(950.459)</b>

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

## Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

### Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

### Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

### Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

### Análise de sensibilidade

Para fins de avaliação da sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras aos quais a Companhia estava exposta em 31 de março de 2026, a Administração definiu o cenário mais provável para a evolução do CDI para os 12 meses subsequentes, com base em premissas internas e nas expectativas de mercado disponíveis na data-base. As análises de sensibilidade adicionais foram preparadas exclusivamente para uso interno da Administração, sendo divulgada nas informações financeiras apenas a projeção considerada como cenário mais provável.

### Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato

### Análise de sensibilidade

#### Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

#### Projeção das receitas financeiras

Indexador	Aplicações financeiras				
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	Cenário I	Cenário II	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	9,38 %	6,25%	12,50%	15,63%	18,75%

	Saldo principal 31/03/2026	Projeção das receitas financeiras - 2026					
		Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
Taxa de remuneração			25%	50%	25%	50%	
Aplicação	CDI	<b>88.361</b>	8.288	5.523	11.045	13.811	16.568
<b>Total aplicado</b>		<b>88.361</b>	<b>8.288</b>	<b>5.523</b>	<b>11.045</b>	<b>13.811</b>	<b>16.568</b>

## Projeção das despesas financeiras

Indexador	Empréstimos e financiamentos				
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	9,38%	6,25%	12,50%	15,63%	18,75%
7,60%a.a.	-	-	7,60%	-	-

	Saldo principal		Projeção das receitas financeiras - 2026				
	31/03/2026		Queda de	Queda de	Base case	Aumento de	Aumento de
			25%	50%		25%	50%
Taxa de juros							
Debêntures	IPCA+7,60%a.a.	<b>729.324</b>	123.839	101.011	146.594	169.422	192.177

## Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

## 27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - Contrato de concessão	Março de 2025 a março de 2026	26.326
Riscos operacionais	Abril de 2025 a março de 2026	53.578
D&O	Março de 2025 a março de 2026	20.000
Responsabilidade civil	Março de 2025 a março de 2026	10.000
Risco de engenharia	Março de 2025 a março de 2026	156.641

## 28. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

## 29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

\* \* \*